

Do currículo mínimo aos novos referenciais curriculares de 2009: a trajetória curricular dos cursos de Comunicação Social no Brasil

Ediene do Amaral Ferreira, Universidade do Vale do Itajaí, Brasil
Verônica Gesser, Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Resumo: Este trabalho tem como objetivo identificar a trajetória curricular dos cursos de Comunicação no Brasil, visando refletir sobre possíveis impactos nos processos de ensino e de aprendizagem no âmbito dos contextos educacionais locais dos cursos de graduação de Comunicação social. Os discursos presentes nas políticas públicas curriculares dirigidas a esse campo do conhecimento vêm sendo modelados pela lógica neoliberal, a qual caracteriza um contexto governado pelas leis de mercado e pela descaracterização do Estado de Bem-estar Social democrático, ou seja, a redução do Estado e a valorização do “mercado e quase-mercado”. As atuais recomendações dos referenciais curriculares nacionais brasileiros para a Comunicação Social exemplificam a gerência de interesses privados, de grandes empresas do ramo Educacional Multinacional e de Telecomunicações, pela expansão dos serviços e dos produtos educacionais terceirizados. A desarticulação das habilitações enfraquece a área e isola o conhecimento em áreas afins, massificando um discurso que vem para favorecer o mercado. Assim sendo, a educação superior brasileira vem sofrendo o impacto da desnacionalização do Estado, o que está provocando profundas mudanças em como as políticas públicas de currículo vêm sendo implementadas.

Palavras-chave: políticas públicas de currículo, ensino em Comunicação Social, neoliberalismo

Abstract: This paper aims to identify the Communication course curricular trajectory in Brazil, in order to reflect on possible impacts on teaching and learning processes within the local educational contexts of undergraduate Social Communication courses. The discourses present in curricular public policies towards this area of knowledge have been shaped by neoliberal logic, which features a context governed by the laws of the market and the democratic Social Welfare State mischaracterization, that is, the State reduction and “market and quasi-market” appreciation. The current recommendations of the Brazilian national curricular frameworks for Social Communication exemplify the management of private interests, of large enterprises in the Multinational Educational and Telecommunications area, through the expansion of outsourced educational services and products. The disentanglement of qualifications weakens the area and isolates the knowledge in related areas, massing a speech in favor of the market. Thus, the Brazilian higher education has been suffering the impact of denationalization of the state, which is causing profound changes in how curriculum public policies are being implemented.

Keywords: Curriculum Public Policies, Teaching in Social Communication, Neoliberalism

Introdução

Ao estudar a trajetória do ensino em Comunicação no Brasil, fica claro que sempre foi reivindicado a formação superior para os profissionais que querem atuar como tal na sociedade. Há mais de 50 anos, as entidades de classe, os profissionais da área e a comunidade acadêmica promovem discussões para melhorias e mudanças no ensino da comunicação. Todavia, por questões históricas e conjunturais, os cursos de comunicação carecem de uma maior atenção e uma discussão pormenorizada de alguns aspectos, principalmente na análise das vozes dos discursos políticos que dão suporte às mudanças e às alterações no ensino e nos currículos das áreas de comunicação. Não podemos deixar de citar a implantação improvisada dos primeiros cursos no final da década de 1960, em um ambiente nada democrático, em que a censura fazia-se presente desde as salas de aula até as salas de redação dos veículos de comunicação, o que não tornava propício para a atuação de forma plena de profissionais da comunicação.

Os primeiros registros do ensino na área da comunicação são do final da década de 1940, com o primeiro curso de Jornalismo no estado de São Paulo. Segundo Marques de Melo (2007: 34): “Na década de 1950, surgiram as escolas de cinema e publicidade”, e em 1967 o primeiro curso superior de Relações Públicas na Universidade de São Paulo (USP). De acordo com Moura (2002: 77), “desde 1962, o ensino de Comunicação Social, em nível de graduação, foi regido por um currículo mínimo



homologado pelo Ministério de Educação - MEC”. Vale ressaltar que, nesse ano, o único curso na área de comunicação no Brasil era o de Jornalismo, que fora instituído no sistema de ensino superior pelo Decreto-Lei nº 5.480, de 13 de maio de 1943 (Caldas, 2003).

De acordo com Melo (2007: 33), a manutenção dos cursos de Comunicação Social no âmbito das Universidades deu-se pela mobilização das entidades profissionais, dos acadêmicos da área e da “recém-fundada Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação- Intercom”. Para o autor, tramitou no Conselho Federal de Educação (CFE) um projeto de resolução que previa a transformação dos cursos de graduação em Comunicação Social em cursos de pós-graduação com a duração de aproximadamente um ano. Esse projeto previa que profissionais diplomados oriundos de outras áreas poderiam cursar e exercer as atividades de comunicação. A pressão para a não exigência do diploma nas áreas da comunicação foi realizada em grande parte por grupos de empresas do ramo da comunicação. Para Marques de Melo (2007: 35): “Na verdade, o que se pretendia aqui era uma fórmula capaz de driblar a posse do diploma específico para as profissões regulamentadas”. Todavia, foi nesse cenário composto pelo fim da Ditadura Militar que a Intercom articulou a defesa dos cursos de graduação em Comunicação Social.

A caracterização desse histórico parece evidenciar que o movimento para implantação e para a permanência dos cursos de Comunicação Social no âmbito da graduação Universitária no Brasil foi e é tensionado pela disputa e pela discussão de vários atores com interesses diferentes. Os movimentos realizados por esses múltiplos interesses, os prós e os contras da graduação nessa área específica, demonstram como se dá a participação desses diferentes atores na construção das políticas públicas que não são entendidas aqui como programas de ação, mas sim como afirma Fontoura (2008: 7): “Elas [as políticas públicas] constituem o lugar em que uma determinada sociedade constrói a sua relação com o mundo, e por isso, devem ser analisadas como processos através dos quais são elaboradas as representações com que a sociedade se dota para compreender o real e concebidos os instrumentos para agir sobre o real percebido”.

De acordo com Melo (2007), um fato marcante na trajetória do ensino da comunicação foi o movimento conhecido como Endecom que reivindicava sobre questões como a manutenção dos cursos de graduação e a qualidade do ensino. Para esse autor, esse movimento foi a semente para futuras discussões em um país em processo de redemocratização.

No final da década de 1980, o Ministério da Educação, sob a batuta do então Ministro da Educação Marcos Maciel, formou a Comissão de Especialistas em Comunicação Social (Cecos) para estudar e avaliar o ensino na área da comunicação. A Cecos era composta por professores da área e entidade de profissionais patronais e trabalhistas (Melo, 2007). Percebemos que, nesse cenário, há múltiplas vozes constituindo as discussões sobre o ensino, e estas, segundo o autor, davam-se de maneira democrática com a participação em eventos promovidos pela comissão. Todavia, estudos apontam que essa parceria “intelectual entre o Estado, a comunidade acadêmica e as corporações profissionais foi de certo modo descontinuada, nos governos posteriores da chamada nova República” (Melo, 2007: 36). No decorrer deste trabalho, será observado que esses movimentos são recorrentes até os dias de hoje e, por outro lado, observa-se um padrão no formato das discussões sobre as mudanças nas diretrizes curriculares na área da comunicação.

Trajatória das Diretrizes Curriculares da Comunicação Social no Brasil

Segundo Moura (2002), as normas da área da Comunicação Social no país foram compostas por Pareceres do Conselho Federal de Educação - CFE (nº 323/62; nº 984/65; nº 631/69; nº 1203/77; nº 02/78; nº 480/83) e pelas Resoluções do MEC (nº 11/69; nº 03/78; nº 01/79; nº 02/84). Foram cinco (5) Currículos Mínimos, porém foi a partir do Terceiro Currículo Mínimo, com a Resolução nº 11/69, alicerçada a partir do Parecer nº 631/69, que se contemplaram as demais habilitações (Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Jornalismo, entre outras). Segundo Moura (2002: 85): “O Currículo mínimo possui tronco comum a todas as áreas, e o estudo de áreas específicas diversificadas que são as habilitações”.

O quarto currículo mínimo, por meio do parecer nº 1.203/77, trouxe algumas alterações em relação à proposta anterior, pois o terceiro currículo, apesar de apresentar outras habilitações, estava ainda muito direcionado à formação do jornalista. De acordo com Moura (2002: 89), a “Resolução nº 03/78 fixa o Currículo Mínimo para o curso que fornece o grau de bacharel em Comunicação Social, com as características dos Pareceres nº 1.203/77 e nº 02/78”. Esse currículo mantém as características do tronco comum e, segundo a autora, as matérias do tronco comum eram indicadas a serem ministradas na primeira metade do curso.

Para a área de Relações Públicas, em particular, houve um ganho em relação à aprovação dessa resolução, pois permitiu que fosse introduzido temas ou matérias da área da administração. Outros aspectos positivos a serem destacados são em relação aos laboratórios, pois a Resolução 01/79 alterou “o artigo 7º e parágrafos 1º e 2º, da Resolução nº03/78, estabelecendo a vigência do ato normativo que estabelece exigências curriculares e laboratoriais para o ano letivo de 1980” (Moura, 2002: 91).

Os estudos para o quinto currículo começaram no início dos anos de 1980 e foram provocados pelo Conselho Federal de Educação (CFE) que nomeou uma comissão com vários profissionais da área que atuavam tanto na academia quanto no mercado (Moura, 2002). Sua implantação deu-se em 1984, a partir da Resolução nº 02/84 que fixa o currículo mínimo para as seguintes habilitações: Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Produção Editorial, Radialismo e Cinema. Destacamos, nesse currículo, que as matérias do tronco comum poderiam ser distribuídas tanto no início quanto ao longo do curso, que os Projetos Experimentais deveriam ser ofertados nos últimos semestres e que as exigências em relação à infraestrutura previstas e descritas na resolução deveriam ser acatadas pelos cursos. Vários pesquisadores e profissionais da área criticaram o novo currículo, entre eles Melo (1998) ao afirmar que: “No início de 1984, o CFE baixa o novo currículo, praticamente idêntico à estrutura aprovada em 1978, com pequenas mudanças no elenco das disciplinas. Foram mantidas as exigências laboratoriais, discriminando-se os equipamentos a serem adquiridos e implantados pelas escolas. No que tange aos projetos experimentais houve uma suavização do caráter profissionalizante peculiar ao currículo de 1979” (Melo, 1998: 51).

Com todas as críticas aos Currículos Mínimos não podemos deixar de constatar que sempre houve um movimento e uma pressão por parte dos profissionais e professores da área para alavancar mudanças e melhorias. Moura (2002) faz, por meio de vários quadros, uma apresentação das mudanças pelas quais os currículos mínimos passaram. Para melhor visualização, eles foram adaptados em uma única tabela, conforme podemos observar a seguir.

Após a criação das demais habilitações, a partir do terceiro Currículo, as mudanças provocadas foram muito sutis conforme podemos perceber na tabela 1. Para Melo (2007), a trajetória do ensino de comunicação no Brasil é marcada por avanços e retrocessos. No que tange aos retrocessos, as críticas são em relação ao exagero da normatização, principalmente na resolução nº02/84 que fixou o último currículo mínimo, que determina as ementas e as disciplinas, carga horária das disciplinas de tronco comum e específicas. Em relação aos avanços, podemos citar a introdução a respeito do princípio de flexibilidade do ensino, o reforço das matérias técnico-laboratoriais, a recomendação aos cursos de organizarem as atividades em torno de projetos, o rompimento com a divisão rígida entre matérias teóricas e práticas, a necessidade de os cursos investirem em infraestrutura, e a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão (Moura, 2007).

Kunsch (2003: 50) afirma que “a obrigatoriedade dos projetos experimentais para Relações Públicas constitui um marco histórico para a melhoria do ensino”. Vale ressaltar que essa mesma resolução indica a necessidade de registro do professor como profissional “na respectiva habilitação, caso a legislação da profissão faça parte esta exigência, além da comprovação de três anos, no mínimo, de experiência profissional no mercado” (Moura, 2002: 107).

Tabela 1: Trajetória dos Currículos Mínimos

<i>Legislação</i>	<i>Cursos Ofertados</i>	<i>Estrutura das Disciplinas</i>	<i>Duração dos cursos</i>	<i>Carga Horária Mínima</i>
PARECER N°323/62	Curso de Jornalismo	Disciplinas Gerais, específicas e técnicas	Duração Mínima: três anos letivos	Não especificado
PARECER N°984/65	Curso de Jornalismo	Disciplinas Gerais ou de Cultura Geral Disciplinas Especiais ou Instrumentais Disciplinas Técnicas ou de especialização	Duração Mínima: quatro anos letivos	2.700 horas-aulas
RESOLUÇÃO N° 11/69	Curso de Comunicação Social – Habilitação: Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda Editoração, e polivalentes	Disciplinas Básicas, de formação Social (parte comum-sentido fenomenológico e cultural) Disciplinas de formação Profissional (parte diversificada-sentido instrumental)	Duração Mínima: três Duração Máxima: Seis anos letivos	2.200 horas-aulas
RESOLUÇÃO N° 03/78	Curso de Comunicação Social – Habilitação: Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Rádio e Televisão, Cinematografia	Tronco Comum Matérias de Fundamentação Geral Humanística Matérias de Fundamentação específica Matérias de Natureza Profissional (campo profissional)	Duração Mínima: três anos letivos Duração Máxima: seis anos letivos	2.200 horas-aulas Incluídas as atividades de projetos experimentais e excluído o tempo dedicado a Estudo de Problemas Brasileiro e Educação Física
RESOLUÇÃO N° 02/84	Curso de Comunicação Social – Habilitação: Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Produção Editorial, Radialismo, Cinema	Matérias ou disciplinas do tronco comum (áreas: Ciências Sociais, Ciências da Comunicação, Filosofia e Arte) Matérias ou disciplinas da parte específica (área: Técnicas e da Linguagem) Projetos Experimentais	Duração Mínima: Quatro anos letivos Duração Máxima: Sete anos letivos	2.700 horas-aulas Excluído o tempo dedicado a Estudo de Problemas Brasileiros e Educação Física

Fonte: Adaptada pelas autoras a partir de Moura (2002: 100-102).

No início da década de 1990, recomeçaram os Movimentos Nacionais em prol da qualidade de ensino em comunicação. Esses movimentos foram marcados por eventos com o envolvimento

de várias entidades¹. Foram muitos os realizados para a discussão do futuro do ensino em comunicação e de suas habilitações. Segundo Faro (2003: 130): “O processo de discussão e de elaboração das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Comunicação Social teve início com a aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei de Diretrizes e Bases - LDB, em 1996”. A LDB aprovada no referido ano extinguiu em todo o país os currículos mínimos no ensino superior. Para Faro (2003: 139), estabeleceu-se “em seu lugar a ideia de que o ensino superior de graduação, em qualquer área do conhecimento, deveria nortear-se, na sua estrutura, por um conjunto de normas gerais que assegurassem, às instituições, liberdade na formulação dos seus projetos pedagógicos”.

Para o referido autor, essa época foi marcada por um “vazio legal”, pois não existia a obrigação das Instituições. Em 1999, foram propostas as Novas Diretrizes Curriculares da área da Comunicação (CEE/COM 1999) a partir da documentação do MEC que orientava as diretrizes curriculares para os cursos de graduação. Para Caldas (2003: 18), no que tange a comunicação, estas vieram “atendendo às diferentes habilitações”. Para a referida autora, apesar da manutenção de um perfil comum, as novas diretrizes deixavam clara a necessidade dos perfis específicos. As discussões sobre as novas diretrizes para a comunicação e sua aprovação deram-se em um período entre 1999 e 2001. Segundo Moura (2002), foram redigidas três versões para as diretrizes da área até a sua aprovação no dia 3 de abril de 2001, pelo Parecer CNE/CES n° 492.

As mudanças apresentadas pelo novo Parecer envolvem as seguintes questões: abandono do currículo mínimo, a não especificação da duração mínima e máxima do curso, ficando a cargo das instituições que ofertam os cursos, entre outras questões que foram ampliadas ou modificadas pelo Parecer n°1363/2001 e a Resolução CNE/CES 16/2002. No final da década passada, mas precisamente em 2009, o MEC, por meio da Secretaria da Educação Superior, sinalizou uma nova proposta em relação aos cursos de Bacharelado e Licenciaturas, argumentando que o crescimento do ensino superior nas últimas décadas requer uma atenção no que tange os aspectos quantitativos e qualitativos. Esse crescimento é positivo, porém faz-se necessário corrigir algumas assimetrias, termo cunhado pelo próprio MEC. Segundo o que foi relatado na proposta dos novos Referenciais Curriculares dos cursos de Bacharelado e Licenciatura, (2010b) um dos itens a serem modificados é a redução do número ampliado de denominações dos cursos superiores. Na área da comunicação especificamente, esse problema era agravado com a oferta de cursos com denominações que uniam duas ou mais habilitações ou formavam profissionais com outras nomenclaturas, que depois de formados encontravam dificuldades de exercer atividades no mercado em virtude da regulamentação de algumas profissões, como, por exemplo, Relações Públicas. Não podemos deixar de comentar, também, que, em 2009, o Supremo Tribunal Federal revogou a Lei de Imprensa e a obrigatoriedade do diploma para o exercício profissional de Jornalismo.

Especificamente para a Comunicação Social, a proposta aborda o fim das habilitações, passando os cursos a serem denominados: Bacharel em Jornalismo, Bacharel em Relações Públicas, Bacharel em Rádio, TV e Internet e Bacharel em Publicidade e Propaganda. Estão descritos, também, as características do perfil do Egresso, os temas que devem ser abordados na formação, os ambientes profissionais e a infraestrutura mínima. Destacamos, além disso, as recomendações da carga horária mínima de 2.700 horas e a integralização de quatro anos. É importante ressaltar que:

Os Referenciais Curriculares Nacionais dos cursos de Bacharelado e Licenciatura não se configuram como os já superados currículos Mínimos, nem devem ser entendidos como diretriz curricular, visto que sua construção pautou-se pelas Diretrizes Curriculares aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação. O documento apresentado constitui uma versão inicial, que deverá ser revista e atualizada a cada ano, considerando-se a necessidade de sintonizar-se com as constantes mudanças científicas, tecnológicas e sociais que têm impacto na educação superior. (Brasil, 2010b: 5)

¹ A Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (Enecos), a Associação Brasileira de Escolas de Comunicação Social (Abecom), a Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação Compós, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), a União Cristã Brasileira de Comunicação Sociais (UCBC), e a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Rádio e Televisão (Fittert) (Moura, 2007).

Ricardo Freitas (2002), no início deste século, já previa a urgência em estudarem-se novas perspectivas para a área da Comunicação Social e, principalmente, para a área das Relações Públicas. Para o referido autor (2002: 7), “os fenômenos de nosso tempo como a globalização da economia, a informatização do cotidiano urbano e a multiplicidade de serviços possibilitaram um enorme leque de novas questões sobre a comunicação social”.

Como podemos perceber, o amadurecimento de qualquer área científica dá-se pelo movimento dialético da ação-reflexão e assim sucessivamente. Destarte, o campo acadêmico, representado principalmente pelas instituições de ensino superior, tem um papel fundamental na construção desse movimento. E o documento publicado pelo MEC abriu caminho para uma nova discussão sobre a formação desses profissionais, agora denominados Bacharéis em: Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda.

Segundo publicação no Portal do MEC (Brasil, 2010a), a revisão das diretrizes curriculares dos cursos de graduação começou com o curso de jornalismo em 2009. O então Ministro da Educação Fernando Haddad nomeou uma Comissão de Especialistas, Portaria MEC-SESU 203/2009, para estudar o ensino de jornalismo. No dia 19 de fevereiro de 2009, o presidente da Comissão Prof. Dr. José Marques de Melo e com os demais integrantes² decidiram consultar a sociedade, optando por um processo, a principio, aberto. Luz (2011: 3), no artigo Empresas Privadas e Educação Pública no Brasil e na Argentina, afirma que as mudanças nos processos de regulação social têm estabelecido novas formas de participação do Estado e dos setores privados nas políticas educacionais. No entendimento de Luz (2011), a regulação social é entendida

[...] como um processo contínuo de busca de ajustamento econômicos, políticos e sociais, com fins de manter a governabilidade da sociedade, da economia e do Estado; a busca de novas formas de conhecimento e de poder, envolvendo diferentes modos de ação política, espaços, conflitos e atores, não pressupondo mudanças na estrutura do sistema. Ou seja, para além da desregulamentação da economia e do social e para além do fato que a educação estaria fora de qualquer controle por parte do Estado, outras formas de regulação vêm sendo postas em prática, em que reformas políticas, econômicas e educativas constituem parte desse processo. No caso da educação, uma das características que vem tornando manifesta a alteração nos modos de regulação por parte dos poderes públicos é criação ou ampliação de diferentes mecanismos políticos e administrativos, muitas vezes com recursos e dispositivos do mercado (Barroso, 2003) com fim de legitimar a governabilidade educativa por meio da participação de outros atores no governo da educação pública. (Luz, 2011: 3)

Na consulta pública realizada pela Comissão de Especialistas do curso de jornalismo, encontram-se diferentes vozes de atores sociais. De acordo com o documento, foram realizadas três audiências públicas com “**todos os agentes do processo jornalístico**” (Melo *et al.*, 2009: 1, grifo nosso). Para melhor visualização, apresentamos na tabela 2 (ver mais abaixo) os dados elaborados a partir do relatório da Comissão.

É importante destacar que o documento ressalta que, além desses encontros, tanto o Presidente da Comissão quanto os demais integrantes “ouviram propostas específicas de empresários, profissionais renomados, líderes estudantis, docentes e pesquisadores, acolhendo todos os subsídios possíveis” (Melo *et al.*, 2009: 2). Eles argumentam que as recomendações correspondem aos anseios das vozes das entidades escutadas. As ideias foram explicitadas em três partes: I: a fundamentação e as justificativas; II: as diretrizes e as propostas, III - as recomendações finais.

Todavia, vale ressaltar que, apesar dos ditos esforços em escutar todos os segmentos da sociedade, alguns meios publicaram críticas ao trabalho da comissão e algumas entidades manifestaram-se contrárias às propostas das Diretrizes, são elas: A Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação (COMPÓS) e a Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (Enecos)³. A primeira argumenta que a nova proposta reflete um pensamento “tecnicista e disciplinar, enquanto o resto do mundo, centros de pesquisa e pesquisadores tornam-se cada vez menos apegados a rótulos

² Documento- Relatório da Comissão de Especialistas instituída pelo MEC (Melo et al. 2009). Comissão formada por: Alfredo Vizeu, Carlos Chaparro, Sonia Virginia Moreira, Luiz Gonzaga, Eduardo Meditsch.

³ Dados retirados do processo 23001.000087/2010-91/ Parecer CNE/CES n39/2013, item 7.

disciplinares e objetos nitidamente recortados”. Dentre outras afirmações⁴, eles ressaltam que a Comissão ultrapassou seus objetivos ao tecer proposições para a pós-graduação. Já para a Enecos, as audiências públicas foram realizadas em locais que não contemplam nem 1% das escolas de comunicação existentes no Brasil e que todos os estados brasileiros deveriam estar incluídos na discussão.

Tabela 2: Audiências Públicas⁵

<i>Local da Audiência Pública</i>	<i>Data</i>	<i>Participantes</i>
Rio de Janeiro - RJ	20/03/2009	Professores, estudantes, pesquisadores, dirigentes de escolas, cursos, departamentos de ensino e pesquisa.
Recife - PE	24/04/2009	Comunidade profissional, representada pelas organizações sindicais ou corporativas: empresas, setor público e terceiro setor.
São Paulo - SP	18/05/2009	Lideranças e representantes da sociedade civil organizada: advogados, psicólogos, religiosos, educadores, ecologistas bem como outros seguimentos comunitários.

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir do relatório de Melo et al., 2009.

O site Carta Maior publicou, em 19/05/2013, um artigo criticando a atuação da comissão no sentido da não contextualização do atual sistema empresarial dos meios de comunicação. Segundo o texto publicado, “[...] a ausência mais aguda nas Diretrizes Curriculares é a do Capital. Um conjunto de pesquisadores e acadêmicos de alto quilate conseguiu a proeza de reunir-se para tratar do Curso de Jornalismo tendo chegado ao final do trabalho sem pronunciar sobre como se configura no Brasil o sistema empresarial oligopólico, firmado sobre a propriedade cruzada de diferentes meios de comunicação, que dá as cartas na mídia e no jornalismo brasileiro” (Pomar, 2013).

Com ciência das ponderações citadas anteriormente, mais precisamente da posição da Compós e da Enecos e de todo o documento redigido pela Comissão de Especialistas, além do debate público promovido na época em questão, o relator do parecer CNE/CES n. 39/2013, Sr. Reynaldo Fernandes, manifestou-se favorável ao estabelecimento das Diretrizes Nacionais para o curso de Jornalismo. Segundo Fernandes (Brasil, 2013, p. 10), “o posicionamento contrário à adoção de Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para jornalismo partiu de associações ligadas à área geral de comunicação social como são COMPOS e Enecos”. Para o relator, a Proposta apresentada é flexível em relação aos conteúdos curriculares. Foram apresentados seis eixos de formação: fundamentação humanística, fundamentação específica, fundamentação contextual, formação profissional, aplicação processual e prática laboratorial. O documento foi a favor da obrigatoriedade do Estágio Supervisionado e da carga horária mínima de 3000 horas.

A partir dos dados analisados em relação ao curso de jornalismo e apresentados brevemente aqui, em virtude da impossibilidade de retratar todo o vasto material produzido, percebemos que as tensões em relação às novas Diretrizes Curriculares para o curso de Jornalismo não foram discutidas a exaustão. Um dos motivos parece-nos estar relacionado ao prazo exíguo da Comissão de Especialista. Contudo, não é justificativa para as vozes que reclamaram maior preocupação com a contextualização, no documento, sobre o papel das empresas proprietárias das concessões dos meios de comunicação presentes no Brasil. Esse é um ponto marcante de ausência nos documentos lidos.

No mesmo caminho da Comissão de Especialistas do curso de Jornalismo, o MEC instituiu uma Comissão de Especialistas para o curso de Relações Públicas pela portaria 595/2010, em 24 de maio

⁴ Posição da Compós sobre a proposta das diretrizes Curriculares do curso de jornalismo, acessado 26 maio 2013, <https://www.dropbox.com/s/pnvkuwfy1vto227/Posi%C3%A7%C3%A3o%20da%20Comp%C3%B3s%20sobre%20Diretrizes%20Curriculares%20de%20Jornalismo.pdf>.

⁵ O documento relata que o MEC disponibilizou a todos os cidadãos com acesso à internet um link para o envio de propostas e sugestões em relação à discussão. Segundo os relatores, foram recebidos centenas de sugestões.

de 2010, presidida pela Profª. Dra. Margarida Kunsch⁶. A metodologia de trabalho adotada foi a mesma do curso de Jornalismo, audiências públicas e consulta virtual, porém o curso de Relações Públicas fez as audiências nas 5 regiões brasileiras. Segundo o que estava escrito no Relatório elaborado pela comissão, foram 119 contribuições recebidas virtualmente: os estudantes participaram com 51 contribuições, ou seja, 41,86%; profissionais de RP com 50 contribuições, 41,02%; outros profissionais com 2, 1,68%; e professores com 16 contribuições, 13,44%. Conforme o documento, foram cinco audiências públicas conforme tabela 3 a seguir.

Tabela 3: Participação nas Audiências Públicas

<i>Região</i>	<i>Local</i>	<i>Data</i>	<i>Número de Participantes</i>
Sul	Porto Alegre/RS	19/08/2010	71
Sudeste	São Paulo/SP	27/08/2010	76
Nordeste	Recife/PE	13/09/2010	40
Norte	Manaus/AM	14/10/2010	83
Centro- Oeste	Brasília/DF	18/10/2010	22
Total			292

Fonte: Relatório da Comissão de Especialistas do curso de Relações Públicas (Kunsch, 2010).

As questões que nortearam a pauta das reuniões foram: Quais os objetivos para formação em RP? Qual o perfil desejado para o egresso? Quais competências desenvolvidas pelo curso? Quais os conteúdos curriculares orientadores para formação em Relações Públicas? Que critérios podem definir padrões de qualidade para o curso? Que interfaces caracterizam a integração de Relações Públicas com outras áreas?

No item 1.1.3, os redatores do documento destacam que foram 11 as contribuições institucionais consideradas na elaboração do documento: destas, duas eram Associações (Associação Brasileira das Empresas de Comunicação e Associação Brasileira de Comunicação Empresarial – Aberje); um Conselho Profissional (Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas de Relações Públicas (Conferp); oito ligados a instituições de Ensino (Coordenadores do curso de RP de Belo Horizonte, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, Fórum dos coordenadores de curso de RP do RS - Focorp, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Universidade Estadual de Londrina, Universidade Federal de Minas Geras, Universidade de São Paulo).

No documento de 18 páginas, a comissão do curso de Relações Públicas, assim como a do curso de Jornalismo, alega que, devido às mudanças econômicas e sociais pelas quais a sociedade está passando, faz-se necessário adequar e atualizar a formação dos profissionais almejados nos respectivos cursos. Os dois documentos ressaltam as novas relações sociais mediadas por redes virtuais e a importância de ficarem atentos às características interativas nos meios e ao novo perfil do cidadão/consumidor. O Fenômeno da Globalização e da abertura de mercados mundiais também é retratado nos documentos. Todavia, o documento da comissão de especialistas do curso de Jornalismo possui um texto mais voltado a questões do fazer profissional e não demonstram preocupação com a ligação com outras áreas:

A imposição do curso de comunicação social de modelo único, em substituição ao curso de Jornalismo, teve consequências prejudiciais para a formação universitária da profissão. Ocorre o desaparecimento de conteúdos fundamentais, como Teoria, Ética, Deontologia e História do Jornalismo, ou sua dissolução em conteúdos gerais da Comunicação, que não respondem às questões particulares suscitadas pela prática profissional. Mas o jornalismo não pode ser guiado por objetivos de publicidade, relações públicas ou mero entretenimento. Decorre daí o grave problema da ruptura entre a teoria e a prática nos cursos de comunicação, falha essa que, quarenta anos depois, ainda não foi solucionada de maneira adequada: por se voltarem inicialmente a um outro tipo de profissional, as

⁶ Os demais integrantes da Comissão de Especialistas do curso de Relações Públicas são Claudia Peixo Moura, Esnél José Fagundes, Márcio Simeone Henriques, Maria Aparecida Viviani Ferraz, Paulo Roberto Nassar de Oliveira, Ricardo Ferreira Freitas.

disciplinas teóricas do currículo mínimo imposto abandonaram as referências fundamentais para a prática do jornalismo, quando não se voltaram contra elas. (Melo *et al.*, 2009: 11)

É importante destacar que Melo *et al.* (2009: 14) alegam que essas iniciativas “não representam um rompimento com a área acadêmica maior da comunicação, mas antes a sua revitalização, pelo fortalecimento de sua diversidade e dos vínculos com as práticas sociais e culturais que a originaram, justificando sua existência”.

A Comissão de Especialistas do curso de Relações Públicas pondera que é fundamental entender a prática das Relações Públicas como um “fenômeno inerente à comunicação”, pois a partir do momento que se trabalha na intermediação de pessoas, grupos ou empresas, com estratégias e técnicas de comunicação, estão produzindo sentidos e partilhando-os publicamente.

Tabela 4: Organização dos conteúdos: Jornalismo x Relações Públicas

<i>Jornalismo</i>	<i>Relações Públicas</i>
Eixo de Fundamentação Humanística	Formação Geral-
Eixo de Fundamentação Específica	Formação em Comunicação
Eixo de Fundamentação Contextual	a) Fundamentos Teóricos da Comunicação b) Linguagens, Mídias e Tecnologias
Eixo de Formação Profissional	Formação em Relações Públicas
Eixo de Aplicação Processual	a) Fundamentos Teóricos e Técnicos b) Práticas Laboratoriais em RP
Eixo de Prática Laborial	

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir dos documentos das Comissões de Especialistas, 2014.

A partir do exposto, percebe-se que as duas áreas mantêm seus discursos expostos historicamente por décadas. O curso de jornalismo volta-se à deontologia da profissão, de certa forma, não buscando vínculos com as demais áreas (antiga área da comunicação) e o curso de Relações Públicas persegue com afinco o vínculo com a grande área. Esse fato fica claro ao identificarmos a seleção e a organização de conteúdos das duas áreas, conforme mostra a tabela 4 que segue.

Tabela 5: Perfil dos Egressos: Jornalismo x Relações Públicas

<i>Jornalismo</i>	<i>Relações Públicas</i>
O Egresso do curso de Jornalismo é o jornalista diplomando, com formação universitária ao mesmo tempo generalista, humanística, crítica e reflexiva. Este o capacita a atuar com produtor intelectual e agente da cidadania dando conta, por um lado, da complexidade e do pluralismo característicos da sociedade e da cultura contemporâneas e, por outro, dos fundamentos teóricos e técnicos especializados. Dessa forma, terá clareza e segurança para o exercício da sua função social específica no contexto de sua identidade profissional singular e diferenciada dentro do campo maior da comunicação.	O Egresso do curso de Relações Públicas deve ser profissional ético, humanista, crítico, reflexivo, com as seguintes características: *Capacidade acurada de análise conjuntural, de forma a lidar quantitativa e qualitativamente com dados estatísticos, econômicos e sociais, transformando-os em indicadores para a elaboração de políticas de comunicação. * Percepção das dinâmicas socioculturais, tendo em vista interpretar as demandas dos diversos tipos de organizações e dos públicos. * Compreensão das problemáticas contemporâneas, decorrentes da globalização, das tecnologias de informação e da comunicação e do desenvolvimento sustentável necessária ao planejamento de relações públicas. *Entendimento do campo técnico-científico da comunicação, capaz de estabelecer uma visão sistêmica das políticas e estratégias de relacionamentos públicos. * Capacidade de liderança, negociação, tomada de decisão e visão empreendedora.

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir dos documentos das Comissões de Especialistas, 2014.

No item que aborda as sugestões de conteúdo, o texto do documento da Comissão de Especialistas do curso de jornalismo está mais detalhado em relação ao documento do curso de Relações Públicas; todavia, percebe-se que a similaridade dos conteúdos permanece e as diferenças ficam a cargo dos conteúdos de formação profissional, conforme estabelecido pela Diretriz que está vigente, com as habilitações. Outro ponto a ser destacado é o Perfil do Egresso (ver Tabela 5).

No item perfil do egresso, a Comissão do curso de Relações Públicas detalhou e aprofundou mais em relação à Comissão do curso de Jornalismo, porém, assim como no item dos conteúdos, identificamos a prevalência da grande área que é a Comunicação Social, demonstrando que, apesar de todo o esforço em separar as áreas, estas, por natureza, estão unidas.

Considerações finais

A partir da análise do Relatório da Comissão de Especialistas do curso de Jornalismo e do Relatório da Comissão de Especialistas do curso de Relações Públicas, percebemos que estes se preocuparam em contextualizar o atual cenário político, social e econômico no qual as áreas estão inseridas. Eles detalharam o processo da coleta de informações, descrevendo e nomeando os atores que participaram das audiências públicas, presencialmente, virtualmente ou por meio de documentos enviados, porém a redação dos documentos não revela as tensões e a discordância que, por ventura, tenha sido explanada. Estas ficam a cargo das atas dos eventos e não são incorporadas aos documentos.

Os relatórios das Comissões versam apenas sobre o consenso chegado. As informações sobre as posições contrárias estão disponíveis apenas no Parecer CNE/CES 39/2013 do Conselho Nacional de Educação. É importante ressaltar que os Cursos de Publicidade e Propaganda e de Rádio, Televisão e Internet estão em processo de discussão e formação das Comissões, por esse motivo não entraram nesse artigo. Este trabalho é uma prévia de uma pesquisa maior que está sendo realizada para identificar as vozes e o discurso político na construção das Diretrizes Curriculares dos cursos que pertenciam à área da Comunicação no século XXI.

REFERÊNCIAS

- Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. (2013). Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Jornalismo. Parecer Homologado. Despacho do Ministro. *Diário Oficial da União*, de 12/9/2013, Seção 1, p. 10.
- Ministério da Educação. Educação superior. (2010a). *Currículo do curso de relações públicas terá novas diretrizes*. 16 julho 2010, acessado em 26 maio 2013. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15676:curriculo-do-curso-de-relacoes-publicas-tera-novas-diretrizes&catid=212&Itemid=86.
- Ministério da Educação. (2010b). *Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura*. Secretaria de Educação Superior. Brasília: 2010. p. 99.
- Caldas, Graça. (2003). Ensino de Comunicação no Brasil: Panorama e Perspectivas. In Peruzzo, C.; Silva, R. B. (Orgs). *Retrato do Ensino em Comunicação no Brasil* (pp. 15-29). São Paulo: INTERCOM.
- Faro, José Salvador. (2003). Diretrizes Curriculares para o Ensino de Comunicação Social: Uma história que mudou as perspectivas dos cursos. In Peruzzo, C.; Silva, R. B. (Orgs). *Retrato do Ensino em Comunicação no Brasil* (pp. 139-146). São Paulo: INTERCOM.
- Fontoura, Maria M. (2008). Política e ação Pública. Entre uma regulação centralizada e uma regulação multipolar. *Revista Portuguesa de Educação*. Universidade do Minho, n. 2, pp. 5-31.
- Kunsch, Margarida K. (2003). Propostas pedagógicas para o curso de Relações Públicas: análises e perspectivas. In Peruzzo, C.; Silva, R. B. (Orgs). *Retrato do Ensino em Comunicação no Brasil* (pp. 45-62). São Paulo: INTERCOM.
- Kunsch, Margarida e M. Krohling *et al.* (2010). Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Relações Públicas. *Relatório da comissão de especialistas instituída pelo Ministério da Educação*. Portaria 595/2010, de 24 de maio de 2010. Brasília, 20 out 2010.
- Freitas, R.; Lucas, L. (2002). *Desafios contemporâneos em Comunicação: perspectivas de Relações Públicas*. São Paulo: Summus.
- Luz, Liliene X. (2011). Empresas privadas e educação pública no Brasil e Argentina. *Educação & Sociedade*. Campinas 32(115), 437-452.
- Melo, José Marques de. (1998). “Comunicação Social. Brasília”. *Seminário Diretrizes Curriculares – ABMES*, 11 de março 1998.
- (2007). A batalha da qualidade no ensino de comunicação: novos (antigos) desafios. In: Kunsch, Margarida (Org). *Ensino de Comunicação: qualidade na formação Acadêmico-Profissional* (pp. 33-42). São Paulo: ECA-USP Intercom.
- Melo, José Marques de *et al.* (2009). “Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo”. *Relatório da Comissão de Especialistas instituída pelo Ministério da Educação*. Portaria Nº 203/2009, de 12 de fevereiro de 2009, acessado em 12 abril 2013, http://www.fenaj.org.br/educacao/documento_final_cursos_jornalismo.pdf.
- Moura, Claudia Peixoto. (2002). *O curso de Comunicação Social no Brasil: do currículo mínimo às diretrizes curriculares*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- (2007). Padrões de Qualidade no Ensino de Comunicação no Brasil. In Kunsch, Margarida (Org). *Ensino de Comunicação: qualidade na formação Acadêmico-Profissional*. São Paulo: ECA-USP Intercom, pp. 43-62.
- Pomar, Pedro. (2013). *Novo currículo do curso de jornalismo escamoteia poder do oligopólio*. Carta Maior. 19 maio 2013, acessado em 26 maio 2013, <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Educacao/Novo-curriculo-do-curso-de-jornalismo-escamoteia-poder-do-oligopolio/13/27785>.

SOBRE OS AUTORES

Ediene do Amaral Ferreira: Doutoranda em Educação pela UNIVALI. Mestre em Comunicação Social e especialista em Teorias do Jornalismo e comunicação de massa pela Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre. Professora da Universidade do Vale do Itajaí das disciplinas Teorias da Comunicação e Sociedade e Cultura. Professora responsável pelo projeto de extensão Casulo- Informação que transforma.

Verônica Gesser: Doutora em Educação - Currículo e ensino - pela Florida International University, USA. Mestra em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é vice-coordenadora, professora e pesquisadora da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) no Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Educação (Mestrado e Doutorado). É coordenadora Institucional do PIBID e Professora no Núcleo das Licenciaturas (presencial e EaD) da Univali. Tem experiência na área de Educação Básica e Superior, com ênfase em Teoria Geral de Planejamento e Desenvolvimento Curricular, atuando, principalmente, nos seguintes temas: Políticas Públicas, Currículo e Avaliação Educacional.